

Produto Educacional

**RELATÓRIO DESCRITIVO
DE APRENDIZAGEM:
ESCREVENDO O
PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO DOS
EDUCANDOS**

Tainá Deffaci Corassa
Marilane Maria Wolff Paim



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO - PPGPE

PRODUTO DE PESQUISA

EXPEDIENTE

Diretor da UFFS *Campus* Erechim, RS

Luís Fernando Santos Corrêes da Silva

Coordenadora Acadêmica da UFFS *Campus* Erechim, RS

Cherlei Marcia Coan

**Coordenador do Programa da Pós-Graduação Profissional em
Educação - PPGPE**

Almir Paulo dos Santos

Professora Orientadora da Pesquisa

Marilane Maria Wolff Paim

Pesquisadora Principal

Tainá Deffaci Corassa

CIP – Catalogação na Publicação

C788r

Corassa, Tainá Deffaci

Relatório descritivo de aprendizagem: escrevendo o processo de alfabetização dos educandos. [livro eletrônico] / Tainá Deffaci Corassa, Marilane Maria Wolff Paim. / – Erechim, RS: Ed. dos autores, 2025.

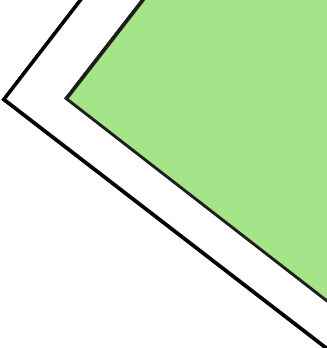
PDF

Bibliografia.

ISBN: 978-65-989245-8-4

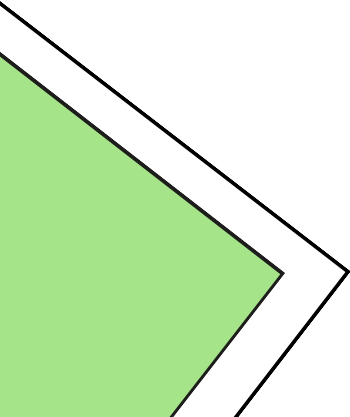
1. Professoras alfabetizadoras. 2. Alfabetização. 3. Letramento. 4. Avaliação da aprendizagem. I. Paim, Marilane Maria Wolff. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

CDD: 370



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1.BREVE RETOMADA HISTÓRICA DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO.....	6
2.CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO.....	8
3.CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	15
3.1 O diário de bordo como fonte de reflexão para a construção do relatório descritivo.....	20
3.2 As possibilidades de escrita: refletindo sobre a construção do relatório descritivo.....	24
CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIA.....	33



INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação tem por finalidade além da realização da pesquisa, a devolutiva de algo para a comunidade participante da pesquisa com a construção do produto educacional, como explicam Sartori e Pereira (2019) “Ao investigar e diagnosticar a realidade das redes de ensino e dos espaços educativos não-formais procuramos contribuir para a construção de processos que qualifiquem as práticas educativas – a docência, a gestão escolar e educacional”.

A partir das narrativas das professoras do 1º e do 2º ano do Ensino Fundamental em conjunto com os objetivos do PPGPE, elaboramos o presente produto educacional que tem como intuito principal o de auxiliar as professoras alfabetizadoras no processo de avaliação da aprendizagem de seus educandos, promovendo a reflexão sobre o processo de escrita do relatório descritivo de aprendizagem do educando.

Destacamos que esse material não tem o objetivo de criticar o trabalho docente nem de ensinar as professoras como avaliar, mas sim o de lançar reflexões sobre as possibilidades e o aprimoramento da construção do documento avaliativo. Esse material será entregue para as escolas participantes da pesquisa em um momento de devolutiva da pesquisa, estando presente as direções escolares e as professoras alfabetizadoras.

I. BREVE RETOMADA HISTÓRICA DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

O direito a Educação é assunto latente em nossa sociedade, mas só foi garantido em 1988 com a Constituição Federal. Anteriormente a esse momento histórico, o cenário educacional e o acesso a escolarização entre os anos de 1500 e 1822 restringia-se exclusivamente a elite, o que permitia a manutenção do status quo da sociedade (Freire, 1992).

A Proclamação da República de 1889 possibilitou uma pequena abertura aos interesses educacionais, o que foi impulsionado posteriormente com a Constituição Federal de 1934, isso porque “com a expansão comercial e industrial do país, que passa a exigir mão de obra escolarizada, ou especializada, para operar no comércio e na indústria” (Pereira; Santos, 2022, p.734) a escola passa a ser vista como um espaço para o desenvolvimento político e social do cidadão das classes populares.

Com o Golpe Militar de 1964, muitos direitos foram negados e violados, entre eles o acesso a escolarização, no entanto em 1985 com a redemocratização do Brasil novas esperanças surgem e com ela a defesa da universalização da educação. Como símbolo deste momento, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988, art. 205) trata da Educação trazendo especificamente que “ A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho ” .

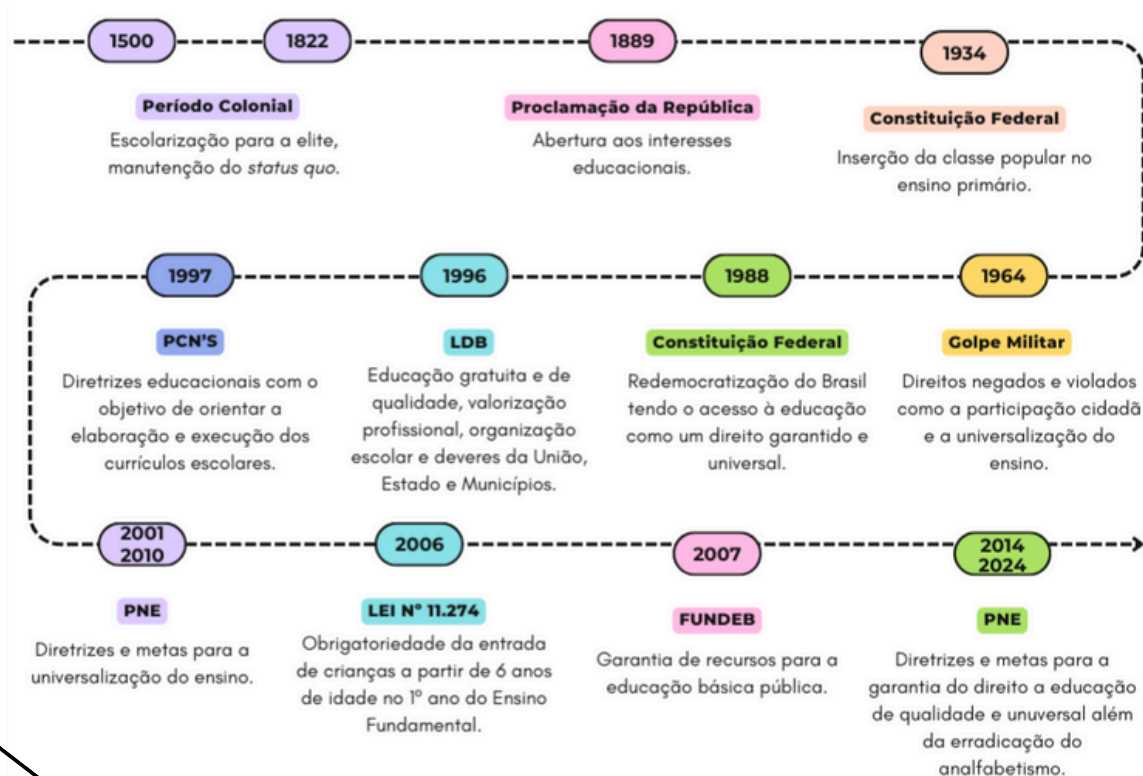
A partir da Constituição Federal de 1988 e da previsão de que fosse elaborado um documento nacional para a educação surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) Lei nº 9.394/96, a qual trata do acesso gratuito e de qualidade à escolarização de todos os cidadãos, da valorização profissional, da organização escolar, entre outros assuntos. Derivada da LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013, p.4) descreve que,

A Educação Básica de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Um dos fundamentos do projeto de Nação que estamos construindo, a formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar e desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças.

Com base nesses documentos cria-se políticas públicas com objetivo de orientar e qualificar a educação brasileira, como Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (1997), o Plano Nacional de Educação - PNE em seu segundo decênio de vigência (2001/2010 - 2014/2024), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (2007), e a lei complementar à LDB, Lei nº 11.274/06, que tinha por objetivo que todas as crianças a partir de seis anos de idade frequentassem o 1º ano do Ensino Fundamental.

A Figura 1 apresenta um breve resumo histórico dos momentos citados nessa seção.

Figura 1 – Retomada histórica da educação brasileira



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

As transformações sociais impulsionaram as mudanças educacionais, em cada momento histórico observamos que novos documentos, leis e políticas públicas surgem para atender as demandas escolares. Neste sentido, refletiremos nas próximas seções sobre os métodos e as concepções de alfabetização, letramento e avaliação da aprendizagem, uma vez que esses também sofreram mudanças conceituais.

2. CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A concepção de alfabetização não é única, cada sujeito tem consigo uma compreensão e quando questionados relembram a própria experiência de quando estavam sendo alfabetizados. Em suas narrativas alguns irão falar das cartilhas, dos livros didáticos, da memorização, da cópia e da repetição sem sentido, outros falarão da escrita espontânea, da construção das hipóteses de escrita, de jogos, de brincadeiras, de escritas com sentido e significado. E você, o que compreende por alfabetização?

Schwartz (2013) trata a alfabetização como a aquisição da habilidade de leitura e de escrita, já Freire (2007) reflete que a alfabetização comprometida com a emancipação e humanização dos sujeitos, tornando-os críticos e protagonistas, não pode ficar pautada na memorização e na repetição mecânica de palavras sem sentido e significado para o educando. Nesse sentido Mortatti (2010, p.329), descreve que a alfabetização ultrapassa o espaço escolar uma vez que,

A alfabetização escolar – entendida como um processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita em língua materna, na fase inicial da escolarização de crianças - é um processo complexo e multifacetado que envolve ações especificamente humanas e, portanto, políticas, caracterizando-se como dever do Estado e direito constitucional do cidadão.

Portanto, considera-se que a alfabetização é um fenômeno social e cultural, que possibilita além da aquisição da leitura e da escrita, a emancipação e o protagonismo dos sujeitos. O nalfabetismo que até então era um dos problemas educacionais foi de certa forma superado com a universalização do ensino, no entanto, ler e escrever não era suficiente, era preciso utilizar a leitura e a escrita em diferentes contextos sociais, surge então no cenário educacional brasileiro o letramento, segundo Soares (2009, p. 32, grifo do autor) “a palavra letramento apareceu pela primeira vez no livro de Mary Kato: No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística, de 1986”, porém sem uma especificação do conceito de letramento.

A alfabetização é compreendida como o ato de aprender a ler e a escrever, em que o sujeito conhece o sistema alfabético e usa para curta comunicação, o letramento é compreendido como a habilidade de utilizar a leitura e a escrita, contudo nem sempre o sujeito alfabetizado é etrado, uma vez que pode saber ler e escrever, mas não utiliza essas habilidades em práticas sociais (Carvalho, 2015). Apesar de serem processos distintos a alfabetização e o letramento são indissociáveis pois,

[...] a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita (Soares, 2004b, p.97).

Ao longo de nossa história educacional a alfabetização passou por muitos momentos, até meados dos anos 80 houve a constante alternância entre o uso dos métodos, com a justificativa de ser o “melhor” ou o mais “eficaz” para se alfabetizar. Os métodos tradicionais apresentados de forma breve no Figura 2 abaixo, são divididos entre método sintético, analítico e misto, os quais “a meta sempre foi a aprendizagem do sistema alfabético e ortográfico da escrita” (Soares, 2004a, p.98).

Figura 2 – Métodos tradicionais de alfabetização

MÉTODO	EDUCANDO E PROFESSOR	FOCO DE ENSINO	UNIDADE DE LINGUAGEM	FORMA DE TRABALHO
Método sintético (Segunda metade do século XIX)	Educando passivo, recebia o conteúdo. Professor detentor do conhecimento.	Caligrafia, ortografia, cópia e memorização de palavras sem sentido. Com a premissa de trabalhar do menor para o maior desenvolvia-se com a constante elevação de dificuldades. Encontrar o erro do educando. Uso de cartilhas.	Alfabético ou soletração	Memorização das letras do alfabeto e depois reuni-las para formar palavras.
			Silábico	Famílias silábicas, dá mais simples para a mais complexa
			Fônico	Relação entre som e letra, iniciando pelas vogais, depois as consoantes, formando sílabas e por fim as palavras
Método analítico (Meados de 1880)	Educando passivo, recebia o conteúdo. Professor detentor do conhecimento.	Percepção do global e depois das partes. Caligrafia, ortografia, cópia, ditado e exercícios para memorização. Encontrar o erro do educando. Uso de cartilhas, contos e historietas.	Palavração	Iniciava pela palavra a qual seria decomposta em sílabas.
			Sentenciação	Iniciava pela frase, depois era decomposta em palavras e por último em sílabas.
			Global	Iniciava pelo texto, que era desmontado em frases, depois em palavras e por fim em sílabas.
Método misto (Meados de 1920)	Educando passivo, recebia o conteúdo. Professor detentor do conhecimento.	Caligrafia, ortografia, cópia e memorização. Testes de maturidade. Uso das cartilhas	Cada professor tinha a autonomia de escolher o método, a unidade de linguagem e a forma que queria trabalhar, a partir dos resultados dos testes preparatórios, que mediam o nível de maturidade dos educandos para a alfabetização	

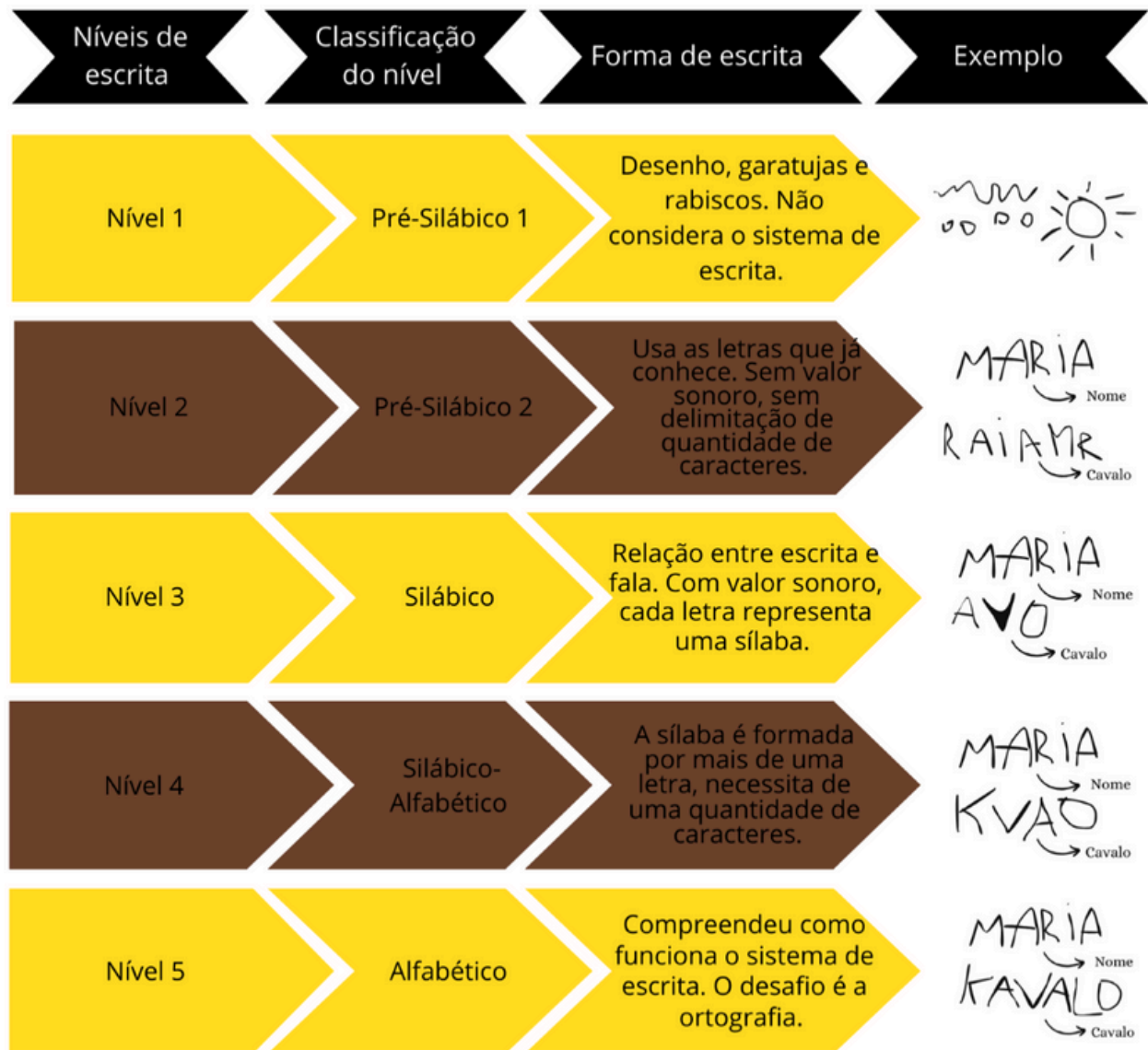
Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Em 1970, Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, embasadas na teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget, realizaram em Buenos Aires uma pesquisa com o objetivo de investigar a aquisição da língua escrita nas crianças. A partir de 1980 inicia-se o debate sobre o “novo método” de alfabetização, o construtivismo, é importante destacar que “[...] o construtivismo não pode e não pretende ser nem um novo método de ensino da leitura e escrita nem, portanto, comporta uma nova didática (teoria do ensino) da leitura e escrita” (Mortatti, 2010, p.332), devendo ser considerado como uma abordagem, uma concepção.

A pesquisa chega ao Brasil por meio do livro “Psicogênese da Língua Escrita” no final do século XX, o qual indagava sobre os métodos e o uso das cartilhas para a alfabetização. Apresentando o professor como mediador do processo de aprendizagem e o educando como protagonista e centro do planejamento, uma vez que esse tem espaço para construir suas hipóteses de escrita, considerando os conhecimentos adquiridos antes de adentrarem na escola.

A pesquisa de Ferreiro e Teberosky (1999), utilizou-se de testes para verificar os padrões de escrita das crianças, esses padrões foram organizados em cinco níveis apresentados no Figura 3, esse teste poderá ser feito de tempos em tempos na sala de aula, como forma de conhecer o nível de escrita dos educandos e assim planejar propostas que auxiliem os mesmos a progredir no processo de alfabetização.

Figura 3 – Níveis de escrita



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

A perspectiva histórico-cultural desenvolvida pelos soviéticos Vigotski, Leontiev e Luria tem como pressuposto que o ambiente e a cultura são fatores importantes para a construção e o desenvolvimento dos sujeitos, por meio da mediação e da internalização de signos. Estudado por Vigotski, esse processo de aprendizagem (Figura 4) parte da zona de desenvolvimento real para a zona de desenvolvimento potencial sendo desenvolvida na zona de desenvolvimento

proximal, assim “A distância entre aquilo que ela é capaz de fazer de forma autônoma (nível de desenvolvimento real) e aquilo que ela realiza em colaboração com os outros elementos de seu grupo social (nível de desenvolvimento potencial)” (Rego, 2012, não paginado).

Figura 4- Representação esquemática da Zona de Desenvolvimento.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

A alfabetização nessa perspectiva acontece através da interação entre pares (educando/educando) ou com sujeitos mais experientes (educando/professor), por meio da mediação do professor e da internalização de signos, sendo um importante signo a linguagem, utilizada para a comunicação, assim para Luria (2017, p.144) “a escrita pode ser definida como uma função que se realiza, culturalmente por mediação”, nesse sentido, o pesquisador descreve o desenvolvimento da escrita desde a pré-história da criança, sendo dividido em três estágios (Figura 5).

Figura 5 - Estágios de escrita

Estágio	Características
Pré-escrita ou Pré-instrumental	Escrita puramente imitativa, não é utilizada como recurso para anotar algo que precisa ser lembrado. A escrita é dissociada de seu objetivo e o sujeito não vê significado nela a não ser a brincadeira, usando rabiscos, ziguezagues e linhas para escrever.
Escrita topográfica	A aparência gráfica não se diferencia do primeiro estágio porém, a escrita deixa de ser brincadeira e passa a servir de meio auxiliar da memória, mesmo sendo esquecida em pouco tempo. A escrita tem significado para o sujeito.
Pictográfico	Utilizando desenhos, agregando cores, formas e símbolos, a escrita começa a ter valor simbólico, de modo que o sujeito consegue ler o que escreveu, uma vez que o registro passa de simples brincadeira para um instrumento de representação de algo que precisa ser lembrado posteriormente.

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Conhecer o educando, seus conhecimentos prévios e utilizar propostas com sentido e significado, criam possibilidades para a alfabetização e o letramento dos educandos. Di Nucci (2001, p.69) descreve que “Para alfabetizar e letrar uma criança, o professor deve propor atividades que envolvam a leitura e a escrita na forma em que estas estão contextualizadas, ou seja, a partir das práticas cotidianas reais de escrita da criança”, como o uso de diferentes gêneros textuais listados abaixo no Quadro 1.

Quadro 1 – Lista de gêneros textuais para alfabetizar e letrar

Gêneros textuais			
Narrativas	Parlendas	Histórias	Convites
Listas	Cantigas de roda	Música	Bula de medicamentos
Entrevista	Mitos	Charge	Cartum
Poemas	Fábulas	Biografia	Reportagens
Receitas	Quadrinhos	Notícia	Agendas
Lendas	Adivinhas	Propaganda	Aviso
Bilhetes	Tirinhas	Conto	Cartas

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Desta forma, cada professor encontrará a partir de seu repertório, das suas crenças e de suas reflexões um caminho para alfabetizar e letrar seus educandos, possibilitando a eles o protagonismo, a emancipação, a autonomia e o pensamento crítico, por meio de propostas contextualizadas com sentido e significado.

3. CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Os exames escolares, testes e provas, foram por muito tempo utilizados para avaliar, de forma a medir o progresso do educando, no entanto a avaliação segundo Fernandes e Freitas (2007) não tem a intenção de medir, mas a de refletir sobre a aprendizagem do educando para orientar a prática pedagógica. Corroborando com essa compreensão Villas Boas (2017, p.27) versa que,

Avaliar não é aplicar testes e usar seus resultados de maneira competitiva e irresponsável. Avaliação é o processo contínuo de análise e reflexão sobre as aprendizagens dos estudantes e sobre o trabalho pedagógico da sala de aula e o de toda a escola, acompanhado da formulação de meios para seu avanço.

Durante a avaliação é essencial considerar os conhecimentos prévios e as vivências de cada educando, uma vez que fazem parte de uma sociedade com cultura, valores, ideias, modos de agir e vestir, e carregam essas marcas para o espaço escolar (Paim, 2014). Nesse sentido concebemos a avaliação da aprendizagem como um meio para a emancipação dos sujeitos, que proporciona a reflexão do professor e do educando no processo de ensino e aprendizagem e que desta forma não é classificatória e nem punitiva, mas uma ferramenta para a reflexão.

Partindo desse entendimento, iremos refletir sobre cinco tipos de avaliação da aprendizagem. Primeiramente a Figura 6 apresenta quatro tipos de avaliação da aprendizagem, sendo elas: informal, formal, somativa e diagnóstica.

Figura 6 – Tipos de avaliação da aprendizagem



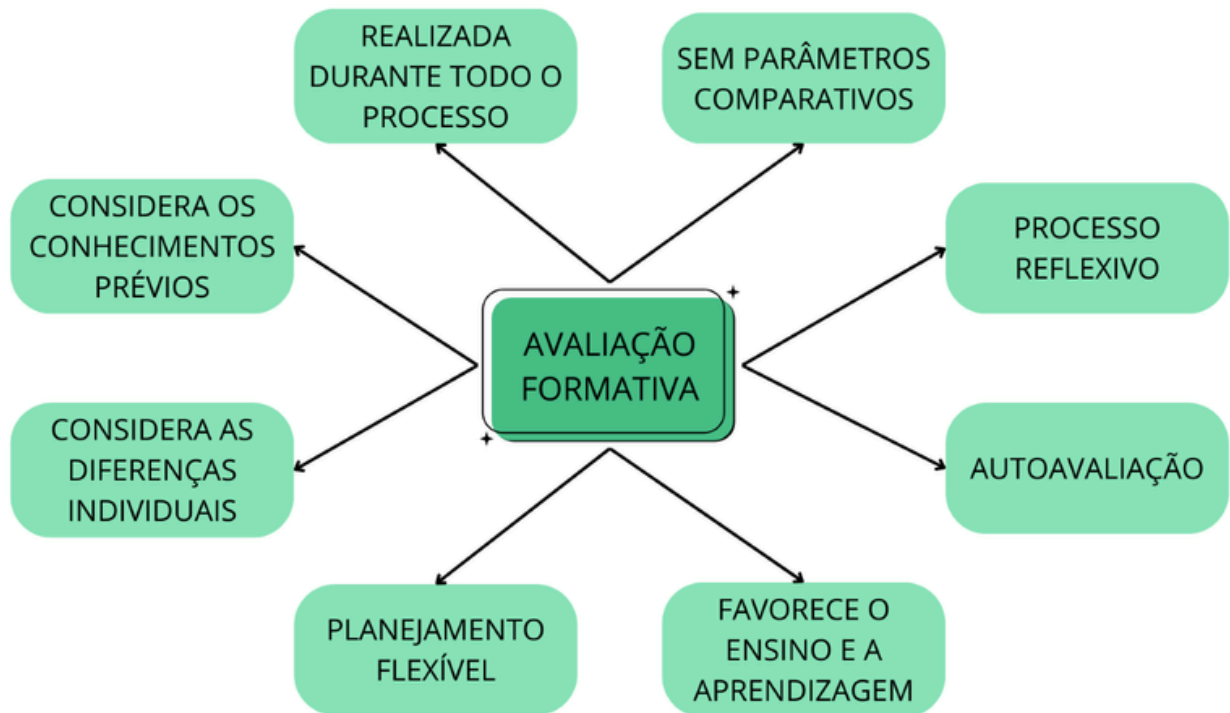
Fonte: elaborado pela autora, 2025.

A avaliação informal, acontece através das observações e dos comentários dos professores em relação as atitudes, comportamentos e ao vínculo familiar, influenciando positiva ou negativamente a caminhada do educando no espaço escolar, já a avaliação formal é realizada por meio de procedimentos observáveis em que os educandos sabem que estão sendo avaliados e por isso os critérios avaliativos são estabelecidos em conjunto, utilizando-se de diversas ferramentas e observando o desempenho do educando em relação aos objetivos (Villas Boas, 2017).

A avaliação somativa tem por objetivo verificar a aprendizagem do educando ao final de um processo, classificando - os em “bons e ruins” o que gera a competitividade, muitas vezes é utilizada pelo professor como um meio punitivo deixando de lado a finalidade e os objetivos educacionais (Depresbiteris, 1994). A avaliação diagnóstica possibilita a identificação do desenvolvimento e da aprendizagem do educando, geralmente ocorre no início de um processo quando o professor necessita saber os conhecimentos que o educando possui, desta forma visa a construção, o acompanhando e a compreensão da construção da aprendizagem elaborada pelo educando (Queiroz et al, 2019).

As avaliações citadas acima estão entrelaçadas pela avaliação formativa, sendo essa realizada cotidianamente durante todo o processo, considerando os conhecimentos prévios e as diferenças individuais dos educandos. Caracterizada pelo seu processo reflexivo, possibilita um planejamento flexível das propostas pedagógicas além de não utiliza parâmetros comparativos o que favorece o ensino e a aprendizagem. A avaliação formativa proporciona a autoavaliação tanto do professor em seu planejamento quanto do educando em seu processo de aprendizagem, essas considerações são observadas na Figura 7.

Figura 7 – Avaliação formativa

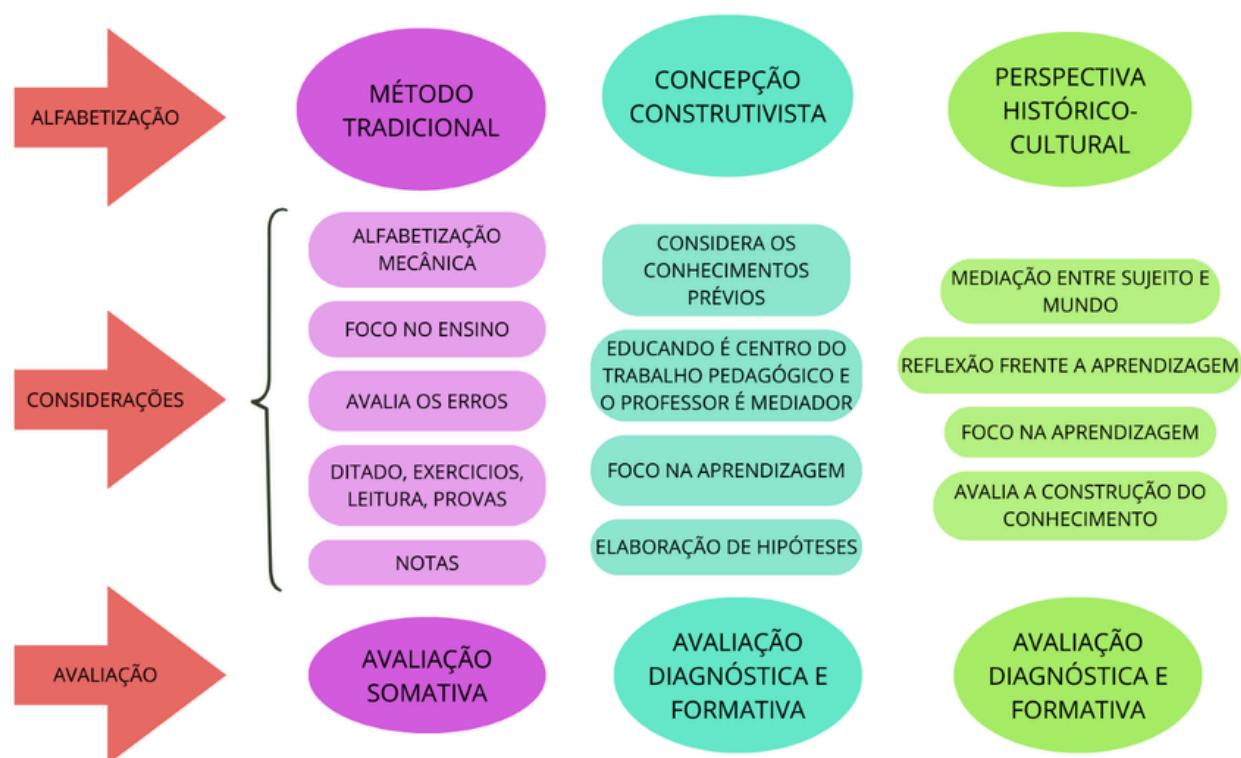


Fonte: elaborado pela autora, 2025.

A avaliação da aprendizagem faz parte do processo de aprendizagem contribuindo com educando e professor. Todo esse desenvolvimento da aprendizagem requer a construção de um documento, o relatório descritivo de aprendizagem, assunto da próxima seção.

Durante o processo de alfabetização o professor avalia o desenvolvimento dos educandos a partir de sua prática pedagógica, nesse sentido, podemos estabelecer para cada método, concepção e perspectiva o tipo de avaliação da aprendizagem utilizada como observado na Figura 8.

Figura 8 – Alfabetização, considerações e avaliação da aprendizagem



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

A partir da concepção que cada professor possui será sua forma de alfabetizar, letrar e avaliar a aprendizagem do educando, sendo importante considerar os conhecimentos do educando, bem como proporcionar a reflexão e a criticidade. Todo esse desenvolvimento da aprendizagem necessita ser documentado, entre as diversas possibilidades de registro consideramos refletir sobre o relatório descritivo de aprendizagem, assunto da próxima seção.

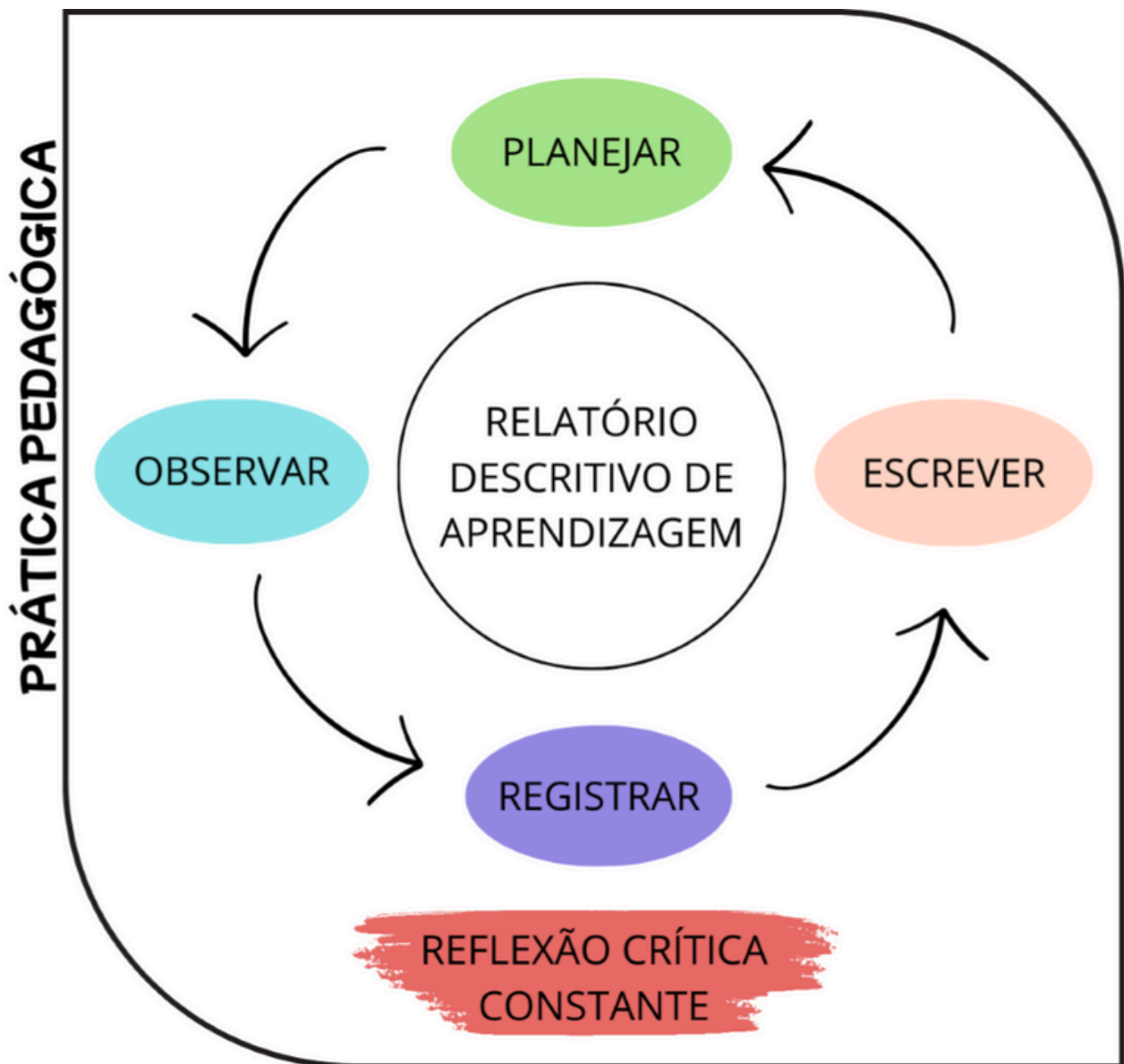
3.1 O diário de bordo como fonte de reflexão para a construção do relatório descritivo

O diário de bordo é utilizado em muitos espaços como ferramenta de registro, entre esses espaços está a escola, mais precisamente na sala de aula pelos professores. O diário de bordo segundo Alves (2004, p.225) é considerado como um meio de “registro de experiências pessoais e observações passadas, identificado como documento pessoal, em que o sujeito que escreve inclui interpretações, opiniões, sentimentos e pensamentos, sob uma forma espontânea de escrita, com a intenção usual de falar para si mesmo”.

A construção da escrita no diário de bordo leva o professor a reflexão cotidiana sobre sua prática pedagógica, bem como a visualização dos progressos e dos desafios enfrentados pelos educandos, tornando-se um documento importante para a construção da avaliação da aprendizagem, já que essa tem estreita relação com o trabalho pedagógico (Piccoli; Camini, 2012). Registrar o cotidiano em suas miudezas não é tarefa fácil e exige do professor a reflexão, a autocrítica e a autoavaliação, nesse sentido o diário de bordo torna-se um importante documento para a elaboração e escrita do relatório descritivo de aprendizagem dos educandos.

Podemos dizer que a produção do relatório descritivo de aprendizagem se desenvolve em um movimento circular, que se inicia no planejamento das aulas, passa pela observação do desenvolvimento dos educandos, segue com o registro dessa observação no diário de bordo e chega à escrita do relatório, tudo isso a partir da reflexão crítica cotidiana e fundamentada em uma prática pedagógica que possibilite a aprendizagem de todos, na Figura 9 observamos esse movimento.

Figura 9 – Desenvolvimento da produção do relatório descritivo



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Iniciamos nossa compreensão sobre a produção do relatório descritivo pelo planejamento das aulas do professor, segundo Silva (2017, p.27) “planejar é um processo sistemático e contínuo de diagnóstico e análise da realidade e de projeção de objetivos, metas, ações e recursos necessários à implementação do planejado”, tendo por base o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, a intencionalidade pedagógica do professor além de ser flexível, uma vez que podem surgir momentos inesperados na sala de aula.

A partir do planejamento e da sua prática em sala o professor passa a observar a construção do conhecimento dos educandos, no entanto Schwartz (2016, p.78) destaca que, assim como os sujeitos aprendem a falar eles também precisam aprender a observar, conforme a autora “Observar e olhar o outro e a si mesmo demanda atenção educada, exercício de empatia, reflexão crítica, autoavaliação, humildade, rigorosidade metódica”, requer uma postura de aprendiz que reflete e se apropria do conhecimento aprendido.

Nesse processo o professor se coloca como autor, com base no observado realiza o registro no diário de bordo, documentando o cotidiano, o que foi feito na aula, o que estava previsto e não foi realizado, o que não estava previsto e aconteceu, demonstrando o planejamento flexível, escrevendo sobre o desenvolvimento, as aprendizagens e os desafios enfrentados e as atitudes tomadas pelos educandos, além de registrar suas impressões e seus sentimentos (Alves, 2004).

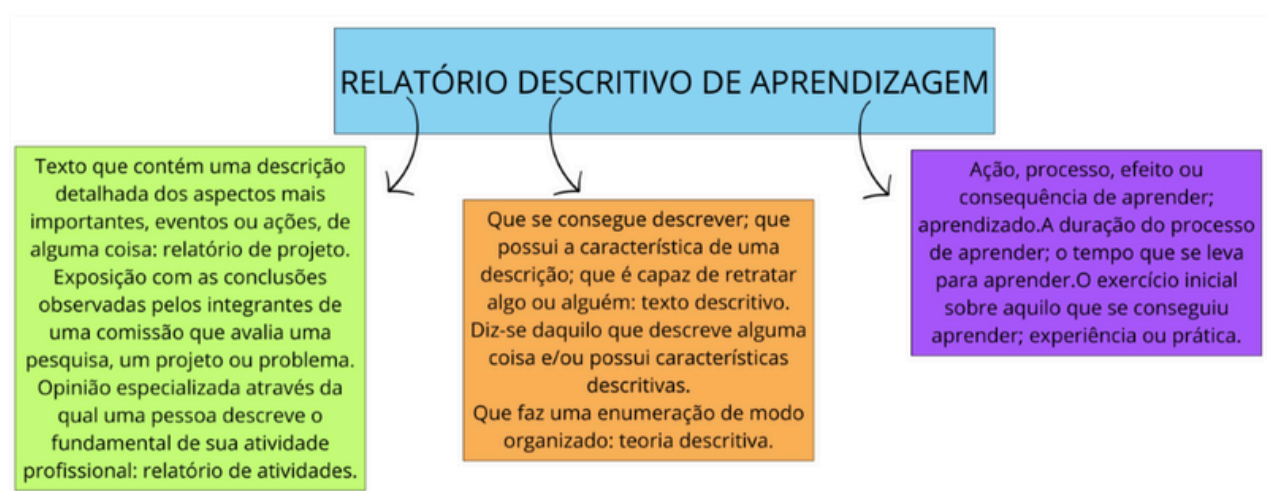
Furlanetto (2008, p.1778) descreve que ao chegar o momento de escrita do relatório descritivo de aprendizagem é visível o desafio enfrentado pelos professores, principalmente quanto ao modo de elaborar, surgindo dúvidas quanto ao que deve constar e ao tamanho que deve ter. Porém, com o uso do diário de bordo esse momento pode ser mais fácil, uma vez que ele é usado para registrar o cotidiano da sala de aula, assim, “O ponto inicial de um bom processo avaliativo e de um relatório significativo; é o registro feito diariamente; [...] das observações que carecem ser diversificadas e abrangentes, gerando assim registros estruturados e a ampliação do aprendizado da criança”.

Chegamos até aqui indicando que a prática pedagógica do professor parte de uma reflexão crítica constante, em um movimento de planejar, observar, registrar e escrever. Esse material se desenvolve na perspectiva do relatório descritivo de aprendizagem, uma vez que “O relatório é um relato de uma história que foi vivida” (Furlanetto, 2008, p.1778), assim é compreendido como um documento que conta a história do educando na escola, suas aprendizagens, seu desenvolvimento e os desafios enfrentados.

Corroborando com esse entendimento, Sant-ana (2021, p.124) expressa que o relatório de aprendizagem “representa o registro (teórico e prático), relacionados às vivências, as dificuldades e os avanços na aprendizagem dos estudantes. Servindo, ainda, de informações para encaminhamentos, possibilidades e sugestões para intervenções das famílias, professores e estudantes”, desta forma, o relatório é compreendido como um documento que, ao mesmo tempo que descreve a história de vida do educando na escola, suas aprendizagens e desafios, também indica os encaminhamentos e as intervenções futuras a serem adotadas.

Segundo o Dicionário Online de Português¹, relatório é um texto detalhado sobre determinada atividade, descritivo refere-se a descrição de algo de modo organizado e, aprendizagem é o processo de aprender, como observado na Figura 10.

Figura 10 - Significado de Relatório Descritivo de Aprendizagem



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Para além disso, o relatório descritivo de aprendizagem também tem o objetivo de possibilitar a reflexão do professor sobre sua prática pedagógica, dado que sua construção inicia no planejamento, passa pela observação e evidencia-se no registro do diário de bordo, nesse sentido,

¹ Site: <https://www.dicio.com.br/>

[...] não visa apenas comunicar os pais resultados do processo de aprendizagem de seus filhos, mas também leva o professor a refletir sobre a sua própria prática, especialmente, através das informações no período letivo e, ainda, serve de indicadores para organizar os processos de formação e autoformação dos professores” (Sant-ana, 2021, p.125).

Partindo do entendimento do relatório descritivo de aprendizagem como um documento, que descreve o percurso do educando além de servir como fonte de informações e reflexão contínua do professor, passamos na seção seguinte a refletir e considerar as possibilidades de escrita do relatório descritivo de aprendizagem.

3.2 As possibilidades de escrita: refletindo sobre a construção do relatório descritivo

Tratado anteriormente, o diário de bordo é essencial para a elaboração do relatório descritivo de aprendizagem, pois registra diariamente as propostas pedagógicas realizadas ou não, o convívio entre os sujeitos, o desenvolvimento, as aprendizagens e os desafios enfrentados por educandos e professor, como descreve Sant-ana (2021, p.126),

[...] registrar o que é realizado em sala de aula, como desenvolvem as atividades e aprendem os conteúdos relacionados com os aspectos cognitivos (habilidades de aplicar os conhecimentos, compreender as informações, pensamento crítico e memória), bem como identificar como se relacionam com as pessoas e como estabelecem as regras e as responsabilidades (aspecto social).

Registrar esses pontos no diário de bordo possibilita observar os educandos em sua integralidade e individualidade, o que segundo Furlanetto (2008, p.1775) é indispensável para a construção dos relatórios descritivos de aprendizagem, “relatórios bem estruturados privilegiam a subjetividade de cada criança e precisam expressar áreas trabalhadas, objetivos, atividades realizadas, além de considerar a evolução do desenvolvimento infantil e as mediações realizadas pelo professor”, abrangendo questões sociais, afetivas e cognitivas do educando.

Nesse sentido, tratamos que durante a elaboração do relatório descritivo de aprendizagem focado no desenvolvimento do educando o professor perpassa pela reflexão de três eixos relacionados entre si: 1. Professor; 2. Educando e; 3. Áreas do conhecimento, como apresentado na Figura 11.

Figura 11 – Eixos vinculados à produção do relatório descritivo



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Eixo 1. Professor: realiza a mediação entre os saberes historicamente produzidos e os saberes dos educandos, faz a autoavaliação sobre o planejamento das aulas, os conteúdos e das atitudes tomadas, observa o desenvolvimento dos educandos e registra os processos de ensino e de aprendizagem no diário de bordo;

Eixo 2. Educando: relacionado a este, o professor compreende questões sociais e pessoais, como a convivência com os demais integrantes do espaço, o desenvolvimento e os desafios enfrentados na realização das propostas pedagógicas, o engajamento, a participação, a cooperação e demais assuntos que surgem diariamente;

Eixo 3. Áreas do conhecimento: conteúdos sistematizados dos quais o professor elabora seu planejamento refletindo sobre as habilidades e os objetivos a serem desenvolvidos pelos educandos, desta forma estrutura propostas pedagógicas com intencionalidade e posteriormente registra em seu diário de bordo se o educando realizou ou não e como foi seu desenvolvimento na proposta.

Vale ressaltar que todo o processo de ensino, de aprendizagem e avaliativo tem como foco principal o educando, é por ele que a escola se recria constantemente, assim é importante considerarmos o seu desenvolvimento pessoal e social, e desta forma o relatório descritivo de aprendizagem não deve ficar à mercê de uma descrição genérica sobre o educando, é preciso trazer detalhes sobre o que se escreve, assim, “quando expressamos no relatório que uma criança é participativa, por exemplo, precisa que se diga em qual atividade e como ocorreu, não ficando assim, o interesse, o envolvimento desvinculado da atividade realizada” (Furlanetto, 2008, p.1775).

Em suma, destacamos que a elaboração do relatório descritivo de aprendizagem vai além do simples relato de como o educando está em sala de aula. No relatório o professor tem a possibilidade de apresentar uma parte de seu trabalho, refletir sobre a construção da aprendizagem do educando e (re)pensar sua prática pedagógica. No entanto, como descrever o processo de alfabetização e letramento dos educandos no relatório?

Para esse questionamento se elaborou um quadro orientador dividido em três partes: (1)Língua Portuguesa; (2)Escrita enquanto sistema de representação; (3)Produção de textos escritos. Cada parte contempla cinco questões que tratam sobre as áreas do conhecimento, o professor e o educando: (1) Qual habilidade desenvolver? (2) Com qual objetivo? (3) Que proposta será/foi desenvolvida? (4) Como o educando se mostrou perante a proposta? Realizou a proposta? (5) O que posso escrever no relatório descritivo de aprendizagem?

Reorganizado e ampliado a partir da pesquisa desenvolvida por Paim (2009), esse quadro apresentado no Quadro 2, tem foco na escrita dos relatórios descritivo de aprendizagem durante o processo de alfabetização e letramento dos educandos do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental e partindo do embasamento teórico até aqui construído.

Quadro 2 – Quadro orientador para a produção do relatório descritivo

LÍNGUA PORTUGUESA				
Qual habilidade a desenvolver?	Com qual objetivo?	Que proposta será/foi desenvolvida?	Como o educando se mostrou perante a proposta? Realizou a proposta?	O que posso escrever no relatório descritivo de aprendizagem?
Resolução de situações problemas.	-Criar hipóteses para solucionar problemas. -Utilizar meios como de seriação, codificação, representação e classificação.			
Leitura e interpretação.	-Ler com fluidez palavras, frases e textos. -Identificar personagens, enredo, espaço e tempo.			

Ideia de representação e compreensão de símbolos.	-Reconhecer as ideias contidas em alguns símbolos usuais. - Criar símbolos para organização do seu grupo, compreendendo a convencionalidade deles. - Utilizar mímica, gestos, colagem, modelagem, dramatização entre outras representações para veicular ideias.			
Elaboração de símbolos, imagens e gráficos.	-Criar e recriar, elaborar e reelaborar, interpretar diferentes elementos textuais.			
Desenho como forma de representação	-Utilizar o desenho para representar e registrar suas ideias. -Representar as ideias veiculadas pelo texto lido e/ou ouvido por meio de desenhos.			
ESCRITA ENQUANTO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO				
Qual habilidade a desenvolver?	Com qual objetivo?	Que proposta será/foi desenvolvida?	Como o educando se mostrou perante a proposta? Realizou a proposta?	O que posso escrever no relatório descritivo de aprendizagem?
Função social da escrita	-Compreender as diferentes funções da escrita e situações de uso na sociedade.			
Relação oralidade / escrita	-Compreender a escrita como forma de representação gráfica da linguagem oral. -Levantar hipóteses de escrita relacionando fonema e grafema. -Segmentar as palavras em sílabas.			

Conjunto de símbolos próprios da escrita	-Reconhecer o conjunto de símbolos próprios da escrita: alfabeto, sinais de pontuação e notações léxicas (sinais de acentuação, apóstrofo, cedilha, hífen, til, trema e sigla). -Utilizar os sinais de pontuação e notações léxicas em diferentes situações de escrita.			
PRODUÇÃO DE TEXTOS ESCRITOS				
Qual habilidade a desenvolver?	Com qual objetivo?	Que proposta será/foi desenvolvida?	Como o educando se mostrou perante a proposta? Realizou a proposta?	O que posso escrever no relatório descritivo de aprendizagem?
Tipologia textual	-Produzir textos escritos, compreendendo a especificidade das linguagens poética, literária, informativa etc.			
Unidade temática	-Produzir texto escrito com unidade temática.			
Sequência lógica	-Sequenciar logicamente fatos e ideias na produção de textos.			
Paragrafação	-Organizar as ideias em parágrafos.			
Apresentação: título, vocativo, margem, assinatura, data	-Compreender a função dos elementos de apresentação na organização do texto escrito, embora não o faça adequadamente. -Produzir texto escrito com apresentação adequada (vocativo, título, data, margem e espaço para parágrafo)			

Direção da escrita	-Escrever obedecendo a direção esquerda /direita e de cima para baixo.			
Espaçamento entre as palavras	-Utilizar espaçamento entre palavras, ainda que o faça de forma arbitrária. -Utilizar espaçamento convencional entre as palavras.			
Legibilidade	-Apresentar suas produções escritas com legibilidade.			
Segmentação das palavras	-Segmentar adequadamente as palavras no texto escrito, observando o padrão silábico.			
Ortografia	-Estabelecer relações no interior da palavra por meio de trocas, acréscimos e supressão de letras, reconhecendo novas palavras e compreendendo a organização do sistema gráfico. -Estabelecer relações entre palavras quanto a semelhanças e diferenças de oralidade/escrita, percebendo que sons semelhantes podem ter grafias diferentes ou sons diferentes, grafias iguais. -Utiliza as letras do alfabeto nas tentativas de escrita, compreendendo a arbitrariedade do sistema gráfico (relações cruzadas e arbitrárias)			
Sinais de acentuação	-Utilizar os sinais de acentuação, obedecendo a convencionalidade da língua escrita. -Compreende a função dos sinais de acentuação, embora os utilize arbitrariamente.			

Outros sinais gráficos: cedilha, hífen, til, trema, apóstrofo	-Compreender a função dos sinais gráficos, embora os utilize arbitrariamente. -Utilizar sinais gráficos, obedecendo a convencionalidade.			
Maiúsculas e minúsculas	-Utilizar adequadamente letras maiúsculas e minúsculas.			
Concordância nominal	-Fazer uso da concordância nominal.			
Concordância verbal	-Fazer uso da concordância verbal.			
Argumentação	-Produzir texto escrito com argumentação, defendendo suas ideias.			
Elementos coesivos	-Utilizar elementos coesivos para articular palavras, frases, períodos e /ou parágrafos, eliminando repetições desnecessárias.			
Discurso direto e indireto	-Fazer uso do discurso direto e indireto			

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Neste quadro, orientado pelas habilidades e objetivos listados, o professor tem espaço para escrever sobre a proposta realizada, descrever como o educando realizou a proposta, e pode esboçar o relatório descritivo de aprendizagem, no entanto esse esboço não é o relatório em sua totalidade, mas pode posteriormente ser reunido ao relatório que será entregue as famílias e arquivados pela escola.

Ao fim, tratamos que o relatório descritivo de aprendizagem, é um documento que trata sobre o trabalho do professor e o desenvolvimento, as aprendizagens e os desafios enfrentados pelos educandos, assim se constitui de uma escrita que trata da singularidade e da integralidade do educando.

CONCLUSÃO

Esse material, intitulado “Relatório descritivo de aprendizagem: escrevendo o processo de alfabetização dos educandos”, foi elaborado com o intuito de possibilitar ao professor a reflexão sobre sua prática pedagógica, apresentando o relatório descritivo de aprendizagem como um documento que proporciona a avaliação do educando e a autoavaliação do professor.

Ressaltamos que a construção desse material originou-se a partir da pesquisa “O processo de alfabetização e letramento do 1º e do 2º ano do Ensino Fundamental: concepções de avaliação da aprendizagem presente nas vozes das professoras alfabetizadoras”, e não tem o objetivo de ser um manual e nem uma crítica ao trabalho docente.

Dividido em três capítulos o material trata sobre a universalização da educação, as concepções de alfabetização, de letramento e de avaliação da aprendizagem, além de apresentar as possibilidades de escrita do relatório descritivo de aprendizagem dos educandos em processo de alfabetização.

Em suma, tratamos que a escrita do relatório descritivo de aprendizagem está envolvida em um processo de reflexão constante do professor, que avalia, além do desenvolvimento do educando a sua prática pedagógica. Assim o material apresenta o diário de bordo como uma importante ferramenta de registro das aulas e do aprendizado dos educandos, o qual proporciona ao professor a reflexão para a escrita do relatório descritivo de aprendizagem.

REFERÊNCIA

- ALVES, F. C. **Diário - um contributo para o desenvolvimento profissional dos professores e estudo dos seus dilemas**. Revista Millenium, nº 29, p.222-239, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.19/578>
- BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- BRASIL. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. 12.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- DEPRESBITERIS, L. Avaliação da aprendizagem: revendo conceitos e posições. In: SOUZA, C. P de. (org.). **Avaliação do rendimento escolar**. 3º ed, Campinas, SP: Papirus, 1994.
- DI NUCCI, E. P. Alfabetizar letrando... Um desafio para o professor! In: LEITE, S. A. da S. (org.). **Alfabetização e letramento: contribuições para as práticas pedagógicas**. Campinas, SP: Komedi: Arte Escrita, 2001.
- FERNANDES, C. de O.; FREITAS, L. C. de. Currículo e avaliação. In: FERNANDES, C. de O. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2007.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade: e outros escritos**. 12.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 21.ed. 1992.
- FURLANETTO, C. R. **Relatórios de aprendizagem: como elaborá-los?**, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41361/1/2008_eve_crfurlanetto.pdf
- LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VIGOTSKI, L. S. et al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone. 16. Ed. 2017.
- MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**. v.15, n.44, p.329-410, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gg3SdLpVLM8bJ7bJ84cD8zh/>
- PAIM, M. M. W. Alfabetização e letramento: um estudo sobre as concepções que permeiam as práticas pedagógicas dos professores alfabetizadores. **X ANPEDSUL**, Florianópolis, 2014.

PAIM, M. M. W. Alfabetizar formando e formar alfabetizando – um estudo do projeto de educação de jovens e adultos na UNIPLAC. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2091/PaimMarilaneMWolffEducacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

PERREIRA, G. G. da S.; SANTOS, S. C. M. dos. Teorização sobre a função social e o sentido da escola pública de periferia na contemporaneidade: notas introdutórias. **Inter-Ação**, Goiânia, v.47, n.2, p.731-746, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/71411>

PICCOLI, L.; CAMINI, P. **Práticas pedagógicas em alfabetização: espaço, tempo e corporeidade**. Erechim: Edelbra, 2012.

QUEIROZ, K. I. R. et al. Os tipos de avaliações e suas funções no processo de ensino e aprendizagem. **Anais VI CONEDU**. Campina Grande: Realiza Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/61914>

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SANT-ANA, Z. D. (In)dispensabilidade do parecer descritivo na escola. **Saberes Docentes em Ação**, v.05, nº1, novembro 2021.

SCHWARTZ, S. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SCHWARTZ, S. **Inquietudes pedagógicas da prática docente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SILVA, E. F. O planejamento no contexto escolar: pela qualificação do trabalho docente e discente. In: VILLAS BOAS, B. (org.) **Avaliação: interação com o trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2017.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Rev. Bras. Educ. [online]. n.25, p.05-17, 2004a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?lang=pt>

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros** / Magda Soares. - 3.ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

VILLAS BOAS, B. O dia a dia do trabalho pedagógico: contribuições para a formação do professor e dos estudantes. In: VILLAS BOAS, B. (org.) **Avaliação: interação com o trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2017.